

# Texto completo para impressão

## OBJETIVOS DO MÓDULO

O objetivo geral deste Módulo é apresentar alguns conceitos essenciais para o estudo da diversidade: cultura, diversidade cultural, etnocentrismo, estereótipo, preconceito, discriminação, respeito e valorização da diversidade, entre outros. Esses conceitos fornecem o instrumental analítico básico para abordar as temáticas de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais na escola, que serão tratadas nos próximos módulos.

Mais especificamente, pretendemos:

- ampliar o olhar sobre a riqueza da diversidade do Brasil;
- refletir o quanto a diferença e a diversidade podem servir para distinguir os grupos, para separar, para discriminar ou segregar;
- estudar várias correlações entre gênero e sexualidade, gênero e orientação sexual, gênero e etnia, gênero e relações raciais, perpassando, sempre, pelas relações que se dão dentro da escola.

Acima de tudo, esperamos que você, ao concluir este Módulo, reconheça a importância, a necessidade e as possibilidades de inclusão desses temas em sua prática educativa, reunindo subsídios para a construção de percursos pedagógicos de promoção da igualdade no ambiente escolar.

## ABERTURA DA UNIDADE

**"Diferentes, mas não desiguais!"**

**"Viva a diferença"**

Esses dois *slogans* ilustraram campanhas de organizações de movimentos pela igualdade racial e abriram unidades didáticas sobre a diversidade. Fazem parte do conjunto de campanhas e ações de denúncia de que nem sempre as diferenças são vistas como riqueza em nosso país, apesar de o Brasil apresentar, em sua face externa, a imagem do país da diversidade. Por vezes, e não em poucos casos, algumas diferenças viram sinônimas de defeitos em relação a um padrão dominante, considerado como parâmetro de "normalidade". Quando o assunto é diversidade, há sempre um "mas", um "também".

Um jovem *gay*, agredido porque andava de mãos dadas com seu companheiro, pode ouvir, mesmo dos que reprovam ações violentas, frases do tipo: "Tudo bem ser *gay*, **mas** precisa andar de mãos dadas em público, dar beijo?!"

Uma mulher vítima de estupro, ao sair de uma festa, poderá ouvir: “**Mas também...** o que esperava que acontecesse, andando na rua à noite e de minissaia?”

Numa outra situação, uma jovem negra que, mesmo possuindo as qualificações necessárias para uma vaga, não consegue o emprego sob a alegação de não preencher o critério subjetivo de “boa aparência” (abolido legalmente dos anúncios dos jornais, mas não do imaginário das equipes de recursos humanos), certamente ouvirá de pessoas muito próximas: “**Também**, você precisa dar um jeito nesse cabelo. Assim, ‘ruizinho’, crespo, fica difícil conseguir um emprego melhor!”

Esses “mas” e “também” trazem uma característica antiga, quando as diferenças e as desigualdades vêm à tona: de que os/as discriminados/as são culpados/as pela própria **discriminação**; são culpados/as pelo estado no qual se encontram.

Este curso pretende contribuir para que se supere essa construção, a nosso ver equivocada, de que os grupos discriminados “favorecem” a discriminação. Somos convidados a superar as idéias que nos isentam de responsabilidades na transformação da sociedade.

Convidamos vocês, educadores e educadoras, a serem responsáveis, a darem respostas para que a realidade de discriminações seja alterada.

### 1. Uma definição de cultura

No passado ou no presente, nas mais diversas partes do globo, homens e mulheres nunca deixaram de se organizar em sociedade e de se questionar sobre si e sobre o mundo que os rodeia. Uma aura de mistério sempre rodeou os sítios arqueológicos das grandes civilizações do passado: os relevos das pirâmides mesoamericanas, os calendários dos povos do altiplano andino, os hieróglifos encontrados nas famosas tumbas dos faraós do Egito... Todos são descobrimentos que têm estimulado a imaginação dos homens e mulheres do presente, que colocam muitas questões em torno dos povos do passado, mas que não deixam a menor dúvida quanto à sofisticação do pensamento, da visão de mundo e das manifestações estéticas e culturais desses povos.

Não precisamos recuar tanto no tempo para encontrar diferentes formas de organização social e manifestações culturais: nossos antepassados agiam e pensavam de forma muito diversa da nossa. Num passado não muito distante, a situação da mulher no Brasil, por exemplo, era bastante distinta da atual. Os costumes de muitas famílias da nossa oligarquia rural exigiam que os pais escolhessem aquele que desposaria sua filha. Uma série de fatores influía na decisão dos pais e mães: desde alianças antigas entre as famílias, obrigações recíprocas, promessas feitas, às vezes, antes do nascimento dos filhos e filhas, até mesmo questões como o dote e os interesses econômicos, contando muito pouco o desejo dos filhos e das filhas. Hoje as coisas são bem diferentes e, embora uma série de elementos de diversas ordens interfira na escolha do/a parceiro/a, o desejo individual é representado

pela coletividade como decisivo.

**A diversidade das manifestações culturais se estende não só no tempo, mas também no espaço.** Se dirigirmos o olhar para os diferentes continentes, encontraremos costumes que nos parecerão, à luz dos nossos, curiosos ou aberrantes. Do mesmo modo que os povos falam diferentes línguas, eles expressam das formas mais variadas os seus valores culturais. O nascimento de uma criança será festejado de forma variada se estivermos em São Paulo, na Guiné-Bissau ou no norte da Suécia: a um mesmo fato aparente – o nascimento – diferentes culturas atribuem significados distintos que são perceptíveis por meio de suas manifestações.

**No Brasil, nos deparamos com uma riqueza cultural extraordinária: 200 povos indígenas falando mais de 180 línguas diferentes.** Cada nação indígena possui a sua maneira particular de ver o mundo, de organizar o espaço, de construir a sua casa e de marcar os momentos significativos da vida de uma pessoa. Longe de constituírem um todo homogêneo, os povos indígenas possuem particularidades culturais de cada grupo, embora haja uma série de características que os aproximem quando comparados com a sociedade nacional. **Há mais de 2.200 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, com características geográficas distintas, com diferentes meios de produção e de organização social.**

A surpresa pode marcar um olhar mais cuidadoso para o interior da nossa própria sociedade: se compararmos o campo com o meio urbano ou as diferentes regiões do país, nos daremos conta das diversidades existentes entre os seus habitantes. Falamos a mesma língua, porém com uma acentuada diferença tanto no que se refere ao vocabulário, quanto ao sotaque. Essa diferença, muitas vezes, pode criar dificuldades na comunicação entre homens e mulheres do campo e da cidade, ou entre pessoas de regiões distintas.

**Noções como espaço e tempo também são marcadamente diferenciadas no campo e na cidade.** A imensidão com a qual se deparam o sertanejo e a sertaneja ao se defrontarem com a paisagem local será marcante, da mesma forma que moradores de uma cidade como São Paulo, por exemplo, terão seu horizonte nublado por arranha-céus e viadutos. No campo, a relação com as estações do ano dá uma outra dimensão ao tempo: o sucesso na colheita, a época do plantio ou da procriação do rebanho são definidos pelos períodos de chuva ou seca, no caso de grande parte do Brasil, ou pelas estações do ano, no caso dos países frios e temperados. As estações do ano criam, no campo, um outro calendário: temos festas relacionadas com as colheitas ou com as chuvas que chegam após uma longa estiagem, ou seja, na cidade ou no campo, a ação de homens e mulheres está presente, interferindo no espaço e o carregando de significado.

A cidade contemporânea, por outro lado, longe de ser o lugar da homogeneidade cultural, é marcada pelo encontro – e pelo conflito – de diferentes grupos. As diferenças são fruto não apenas das desigualdades sociais, já que encontramos mais diferenças do que as divisões

entre as classes sociais. A religião pode ser um bom exemplo: uma criança ou um/a jovem criado/a por pai e/ou mãe católicos que freqüentam uma Comunidade Eclesial de Base terá uma visão de mundo e um estilo marcado pelo fato de pertencerem a um dado grupo religioso, que certamente é muito diferente daquele de uma criança, sua vizinha, criada num meio umbandista ou de freqüentadores da Igreja Universal do Reino de Deus. Essas crianças deverão conviver ainda com aquelas educadas em meios em que a religião não é relevante, ou mesmo em meios explicitamente ateus.

Também na cidade encontramos indivíduos de distintas origens. Há famílias recém-chegadas do campo que, portanto, não conhecem ou têm dificuldade de lidar com uma série de instrumentos característicos do meio urbano, como, por exemplo, o metrô, presente em algumas capitais, com suas escadas rolantes, portas automáticas, escuridão dos túneis e sinalizações coloridas. Ao pedir uma informação, o sotaque e a atitude corporal dessas pessoas revelam a sua origem rural, podendo torná-las alvo de chacota e objeto de discriminação. Há ainda, a situação particular das crianças, que em suas casas falam outra língua que não a língua oficial usada na escola ou na rua. O fato de falarem mais de uma língua que seria, a princípio, uma vantagem pode se transformar num pesadelo para essas crianças, quando não são contempladas e respeitadas em suas particularidades. Essa é uma realidade comum em cidades que contam com a presença de grupos de imigrantes e de comunidades indígenas, por exemplo.

Existem ainda as diferenças entre gerações. Por exemplo, um adolescente ou mesmo uma criança de classe média urbana sabe usar o computador com facilidade e destreza, pois faz parte de seu universo social. Já seus pais, mães ou avós certamente terão dificuldade ou simplesmente não saberão utilizá-lo por terem sido socializados em um ambiente em que a informática não fazia parte do cotidiano. Uma cena comum nos bancos é encontrar pessoas impacientes com idosos e idosas que demoram ou têm dificuldade de realizar as operações bancárias nos caixas eletrônicos.

Acreditamos que podemos agora arriscar uma definição de cultura. **Fenômeno unicamente humano, a cultura se refere à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia. A cultura é compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não se referindo a um fenômeno individual.** E como já vimos, cada grupo de seres humanos, em diferentes épocas e lugares, atribui significados diferentes a coisas e passagens da vida aparentemente semelhantes.

**A cultura, portanto, vai além de um sistema de costumes; é objeto de intervenção humana, que faz da vida uma obra de arte, inventável, legível, avaliável, interpretável.**

## 2. A diversidade cultural

O texto a seguir mostra que a diversidade cultural é um fenômeno que sempre acompanhou a

humanidade. No Brasil, há diversas tradições culturais, algumas mais popularizadas e outras pouco conhecidas. Algumas valorizadas, outras pouco respeitadas. Como compreender os elementos comuns e as singularidades entre as culturas? Como lidar com a diversidade cultural na sala de aula?

É importante lembrar que a diversidade cultural tem acompanhado a própria história da humanidade. É constitutivo das sociedades humanas apresentar um mecanismo diferenciador: quando o encontro de duas sociedades parece gerar um resultado homogêneo, em seu interior surgem diferenças significativas, que marcam as fronteiras entre os grupos sociais. Por outro lado, sociedades que estão em contato há muito tempo mantêm com zelo os elementos significativos de sua identidade.

A Europa pode ser um bom exemplo: trata-se de um continente que, historicamente, reivindica um patrimônio cultural comum, ao mesmo tempo em que as várias nações e regiões afirmam constantemente sua singularidade.

No Brasil, nos deparamos com um fenômeno da mesma natureza: se por um lado é um país onde seus habitantes compartilham um universo cultural e uma língua, por outro é uma sociedade complexa e caracterizada justamente por sua imensa diversidade interna. E a diversidade brasileira, como dito anteriormente, não se esgota com as sociedades indígenas e as comunidades quilombolas. Os movimentos negros há muito nos lembram que a origem da população de afro-descendentes – com seus universos culturais, suas formas de resistência, suas sabedorias e construções de conhecimentos, sua visão de mundo, organização, luta etc. – acaba por definir um universo de referência específico a esses grupos. A construção da identidade negra no Brasil passa, dessa maneira, a ser não apenas um mecanismo de reivindicação de direitos e de justiça, mas também uma forma de afirmação de um patrimônio cultural específico. Muitas vezes, a presença dos negros e negras no Brasil fica associada à escravidão, ao samba, às religiões de origem africana e à capoeira, sem que seja reconhecido o devido valor de sua contribuição para a cultura brasileira.

Falar da diversidade cultural no Brasil significa levar em conta a origem das famílias e reconhecer as diferenças entre os referenciais culturais de uma família nordestina e de uma família gaúcha, por exemplo. Significa, também, reconhecer que, no interior dessas famílias e na relação de umas com as outras, encontramos indivíduos que não são iguais, que têm especificidades de gênero, raça/etnia, religião, orientação sexual, valores e outras diferenças definidas a partir de suas histórias pessoais.

### **3. Etnocentrismo, estereótipo e preconceito**

Etnocentrismo, estereótipo, preconceito e discriminação são idéias e comportamentos que negam humanidade àqueles e àquelas que são suas vítimas. A situação tem melhorado graças à atuação dos movimentos sociais e de políticas públicas específicas. E você? Como

pode contribuir para a mudança?

A reação diante da **alteridade** faz parte da própria natureza das sociedades. Em diferentes épocas, sociedades particulares reagiram de formas específicas diante do contato com uma cultura diversa à sua. Um fenômeno, porém, caracteriza todas as sociedades humanas: o estranhamento diante de costumes de outros povos e a avaliação de formas de vida distintas a partir dos elementos da sua própria cultura. A este estranhamento chamamos **etnocentrismo**.

Por exemplo, todas as culturas definem o que as pessoas devem levar como vestimenta e adorno. Muitas vezes, a cultura ocidental se negou a ver nas pinturas corporais ou em diferentes adornos e adereços dos grupos indígenas sul-americanos os correspondentes às nossas roupas, e criou-se a idéia de que o "índio" andaria pelado, avaliando tal comportamento como "errado". Recentemente, com a onda ecológica, o que no passado fora condenado, passou a ser valorizado, ou seja, a nudez de "índios e índias" os colocaria de forma mais salutar em maior contato com a natureza. Nada mais equivocado do que falar do "índio" de forma indiscriminada: **o etnocentrismo não permite ver, por um lado, que o "índio" não existe como algo genérico, mas nas manifestações específicas de cada cultura** – Bororo, Nhambiquara, Guarani, Cinta-Larga, Paraxó etc. – e por outro, que o "índio" nem anda "pelado" nem está mais próximo da natureza, pela simples ausência de vestimentas ocidentais. Os Zoé, índios Tupi do rio Cuminapanema (PA), por exemplo, utilizam botoques labiais; os homens, estojos penianos e as mulheres, tiaras e outros adornos sem os quais jamais apareceriam em público. São elementos que os diferenciam definitivamente dos animais e que marcam a sua vida em sociedade, da mesma forma que o uso de roupas na nossa cultura.

Vê-se, com naturalidade, que mulheres, e atualmente também os homens, furem suas orelhas e usem brincos. Ninguém vê no ato de furar as orelhas um signo de barbárie e o uso de brincos é sinônimo de coqueteria para homens e mulheres. Há pouco tempo, homens que usassem brincos eram tidos como homossexuais ou afeminados. O uso de botoques labiais por diversos grupos indígenas do Brasil não foi, porém, incorporado da mesma forma. Os brincos que as indianas usam no nariz eram vistos com estranheza, pois o nariz não era considerado o lugar "certo" para colocar brincos, segundo o padrão de beleza ocidental predominante no país, até chegarem os piercings, cada vez mais adotados pelos jovens.

O etnocentrismo consiste em julgar, a partir de padrões culturais próprios, como "certo" ou "errado", "feio" ou "bonito", "normal" ou "anormal" os comportamentos e as formas de ver o mundo dos outros povos, desqualificando suas práticas e até negando sua humanidade. Assim, percebemos como o etnocentrismo se relaciona com o conceito de **estereótipo**, que consiste na generalização e atribuição de valor (na maioria das vezes negativo) a algumas características de um grupo, reduzindo-o a essas características e definindo os "lugares de poder" a serem ocupados. É uma generalização de julgamentos subjetivos feitos em relação a um determinado grupo, impondo-lhes o lugar de inferior e o lugar de

incapaz no caso dos estereótipos negativos. No cotidiano, temos expressões que reforçam os estereótipos: “tudo farinha do mesmo saco”; “tal pai, tal filho”; “só podia ser mulher”; “nordestino é preguiçoso”; “serviço de negro”; e uma série de outras expressões e ditados populares específicos de cada região do país.

Os estereótipos são uma maneira de “**biologizar**” as características de um grupo, isto é, considerá-las como fruto exclusivo da biologia, da anatomia. **O processo de naturalização ou biologização das diferenças étnico-raciais, de gênero ou de orientação sexual, que marcou os séculos XIX e XX, vinculou-se à restrição da cidadania a negros, mulheres e homossexuais.**

Uma das justificativas até o início do século XX para a não extensão às mulheres do direito de voto baseava-se na idéia de que possuíam um cérebro menor e menos desenvolvido que o dos homens. A homossexualidade, por sua vez, era tida como uma espécie de anomalia da natureza. Nas democracias modernas, apenas desigualdades naturais podiam justificar o não acesso pleno à cidadania.

No interior de nossa sociedade, encontramos uma série de atitudes etnocêntricas e biologicistas. Muitos acreditaram que havia várias **raças** e sub-raças, que determinariam, geneticamente, as capacidades das pessoas. Da mesma forma, pesquisas foram realizadas para provar que o cérebro das mulheres funcionava de modo diferente do cérebro dos homens. Esses temas serão aprofundados nos Módulos Relações de Gênero e Relações Étnico-Raciais.

Encontramos um exemplo de intolerância religiosa na relação com o candomblé e outras religiões de matriz africana. O sacrifício animal no candomblé e em outras religiões afro-brasileiras tem sido considerado como sinônimo de barbárie pelos praticantes de outros credos: trata-se, contudo, simplesmente, de uma forma específica para que homens e mulheres entrem em contato com o divino, com os deuses – neste caso, os orixás – cada qual com a sua preferência, no que diz respeito ao sacrifício. Outras religiões pregam formas diversas de contato com o divino e condenam as práticas do candomblé como “erradas” e “bárbaras”, ou como “feitiçaria”, a partir de seus próprios preceitos religiosos. O preconceito de alguns seguimentos religiosos tem levado seus seguidores a atacar, com pedras e paus, terreiros e roças.

O espiritismo kardecista, hoje praticado nas mais diferentes partes do Brasil, foi durante muito tempo perseguido por aqueles que, adotando um ponto de vista católico ou médico, afirmavam serem as práticas espíritas próprias de charlatães. Se boa parte dos/as brasileiros/as se define como católica, a verdade é que somos um país cruzado por múltiplas crenças. Até mesmo no interior do próprio catolicismo há diferentes práticas religiosas: somos um país plural. A constituição garante a liberdade religiosa e de crença, e as instituições devem promover o respeito entre os praticantes de diferentes religiões, além de preservar o direito daqueles que não adotam qualquer prática religiosa. No entanto, **é bastante**

**comum encontrarmos crianças e adolescentes que exibem com orgulho para seus/suas educadores/as os símbolos de sua primeira comunhão, enquanto famílias que cultuam religiões de matriz africana são pejorativamente chamadas de “macumbeiras”, sendo discriminadas por suas identidades religiosas.**

O **estereótipo** funciona como um carimbo que alimenta os preconceitos ao definir *a priori* quem são e como são as pessoas. Sendo assim, o etnocentrismo se aproxima também do preconceito, que, como diz a palavra, é algo que vem antes (pré) do conhecimento (conceito), ou seja, antes de conhecer já defino “o lugar” daquela pessoa ou grupo. Um outro significado da palavra “conceito” é “juízo” e, assim sendo, preconceito seria um “prejuízo” para quem o sofre, mas também para quem o exerce, pois não entra em contato com o outro e/ou a outra.

**O preconceito relativo às práticas religiosas afro-brasileiras está profundamente arraigado na sociedade brasileira por essas práticas estarem associadas a negros e negras, grupo historicamente estigmatizado e excluído.** Os cultos afro-brasileiros seriam contrários ao “normal e natural” cristianismo europeu. Teremos um módulo dedicado ao estudo das relações étnico-raciais e ao estudo histórico, cultural e pedagógico da presença dos negros no Brasil, assim como tratará das reivindicações e das conquistas dos movimentos negros. Para efeito desse exemplo, porém, vale lembrar que expressões culturais como o samba, a capoeira e o candomblé foram, durante décadas, proibidas e perseguidas pela polícia. Isso mostra que essas práticas foram incorporadas aos símbolos nacionais no interior de processos extremamente complexos. O caso mais evidente é o samba, que de “música de negros” passou a ser caracterizado como “música nacional”. As religiões afro-brasileiras, no entanto, ainda enfrentam um profundo preconceito por parte de amplos setores da sociedade: há quem considere o candomblé como uma “dança folclórica”, negando, como consequência, seu conteúdo religioso; há também quem o caracteriza como uma “prática atrasada”. Em ambos os casos, seu caráter religioso é negado e não é tomado em pé de igualdade com outras práticas e crenças. Ora, **tanto o candomblé quanto a umbanda são religiões extremamente complexas, são práticas rituais sofisticadas e fazem parte de um sistema mítico que – da mesma forma que a Bíblia – explica a origem da humanidade, suas relações com o mundo natural e com o mundo sobrenatural.** Os grupos que compõem as religiões afro-brasileiras possuem o conhecimento de um código – que se expressa por intermédio da religião – desconhecido por outros setores da população. Enquanto códigos e expressões culturais de determinados grupos, as diferentes religiões afro-brasileiras devem ser olhadas com respeito.

Além das práticas religiosas, em nossa sociedade, existem práticas que sofrem um profundo preconceito por parte dos setores hegemônicos, ou seja, por parte daqueles que se aproximam do que é considerado “correto” segundo os que detêm poder. Seguindo essa lógica, as práticas homossexuais e homoafetivas, são condenadas, vistas como transtorno, perturbação ou desvio à “normal e natural” heterossexualidade. Aqueles e aquelas que manifestavam desejos diferentes dos comportamentos heterossexuais, além de condenados

por várias religiões, foram enquadrados/as no campo patológico e estudados/as pela medicina psiquiátrica que buscava a cura para aquele mal. Foi necessária a contribuição de outros campos do conhecimento para romper com a idéia de “homossexualismo” como doença e construir os conceitos de homossexualidade e de orientação sexual, incluindo a sexualidade como constitutiva da identidade de todas as pessoas. O preconceito contra pessoas com orientação sexual diferenciada vem sendo fortemente combatido pelo **Movimento LGBT**. Consideradas, no passado, um pecado pela religião (e por muitos até hoje), uma doença pela medicina, um desvio de conduta pela psicologia, as práticas homoeróticas, nas últimas décadas, têm contribuído para a superação do **estigma** que as reprova e persegue. Embora se trate de um grupo social ainda fortemente estigmatizado, é inegável que a atuação dos movimentos sociais tem provocado mudanças no imaginário e agregado conhecimentos sobre a homossexualidade, de maneira a tirá-la da “clandestinidade”. Há pouco mais de uma década, era impensável a “Parada do Orgulho Gay”, atualmente denominada Parada LGBT, por exemplo, que ocorre em boa parte das grandes cidades brasileiras. Cada vez mais vemos homossexuais ocupando a cena pública de diferentes formas. A atual luta pela **parceria civil** constitui uma das muitas bandeiras dos movimentos homossexuais com apoio de vários outros movimentos sociais.

No conjunto das conquistas político-sociais da atuação do Movimento LGBT, se enquadra a sensibilização da população de modo geral para as formas de discriminação por orientação sexual, que tem levado estudantes a abandonarem a escola, por não suportarem o sofrimento causado pelas piadinhas e ameaças cotidianas dentro e fora dos muros escolares. Esses mesmos movimentos têm apontado a urgência de inclusão, no currículo escolar, da diversidade de orientação sexual, como forma de superação de preconceitos e enfrentamento da **homofobia**. Esse tema será aprofundado no Módulo III.

Questões de gênero, religião, raça/etnia ou orientação sexual e sua combinação direcionam práticas preconceituosas e discriminatórias da sociedade contemporânea. Se o estereótipo e o preconceito estão no campo das idéias, a discriminação está no campo da ação, ou seja, é uma atitude. É a atitude de discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso, de negar humanidade. Nessa perspectiva, a omissão e a invisibilidade também são consideradas atitudes, também se constituem em discriminação.

O predomínio de livros didáticos e paradidáticos em que a figura da mulher é ausente ou caracterizada como menos qualificada que o homem contribui para uma imagem de inferioridade feminina, por um lado, e superioridade masculina, por outro. É o caso dos livros em que a mulher ocupa os lugares de menos prestígio, como, por exemplo, a organização e limpeza da casa, ou quando aparece como ajudante nas atividades masculinas, como enfermeiras e garçonetes. Silenciosamente, vão sendo demarcados, com uma linha nada imaginária, os lugares dos homens e os lugares das mulheres. E os homens e as mulheres que fugirem desse roteiro pré-definido terão seus valores humanos ameaçados ou violados. O grupo social, respaldado por um conjunto de idéias machistas, exercerá seu controle e fortalecerá os mecanismos de exclusão e negação de oportunidades iguais.

Os módulos II e III nos trarão outras reflexões e exemplos relacionados às discriminações de gênero e orientação sexual, respectivamente, apresentando os principais desafios e as conquistas dos movimentos de defesa desses grupos. É importante destacar que há mudanças acontecendo. No que se refere às mulheres, por exemplo, historicamente em situação de desigualdade com relação aos homens, sua entrada progressiva no mercado de trabalho, seu acesso a ambientes antes considerados “masculinos” e, inclusive, a predominância feminina em determinadas profissões liberais se deram em meio a um processo de transformação pautado, entre outros fatores, pelas demandas dos movimentos feministas, muito vigorosos em todos os países ocidentais, nas últimas décadas. Esse processo veio acompanhado de uma profunda discussão sobre a construção das feminilidades e masculinidades nos diferentes processos de educação e pela organização política das mulheres na luta contra o preconceito e as discriminações e pela construção da igualdade.

A superação das discriminações implica a elaboração de políticas públicas específicas e articuladas. Os exemplos relativos às mulheres, aos homossexuais masculinos e femininos, às populações negra e indígena tiveram a intenção não apenas de explicitar que as práticas preconceituosas e discriminatórias – misoginia, homofobia e racismo – existem no interior da nossa sociedade, mas também que essas mesmas práticas vêm sofrendo profundas transformações em função da atuação dos próprios movimentos sociais, feministas, GLBT, negros e indígenas. Tais movimentos têm evidenciado o quanto as discriminações se dão de formas combinadas e sobrepostas, refletindo um modelo social e econômico que nega direitos e considera inferiores mulheres, gays, lésbicas, transexuais, travestis, negros, indígenas. A desnaturalização das desigualdades exige um olhar transdisciplinar, que, em vez de colocar cada seguimento numa caixinha isolada, convoca as diferentes ciências, disciplinas e saberes para compreender a correlação entre essas formas de discriminação e construir formas igualmente transdisciplinares de enfrentá-las e de promover a igualdade.

#### **4. A dinâmica cultural, o respeito e a valorização da diversidade**

O texto demonstra o dinamismo da cultura que está sempre reinventando tradições e significados, mesclando elementos, incorporando e ressignificando alguns e rechaçando outros. A diversidade cultural é vital para um saudável dinamismo cultural. Diversidade que demanda respeito. Respeito e tolerância são sinônimos? Você percebe alguma conotação negativa no conceito de tolerância? Reflita, dê sua opinião, dialogue com outros professores e professoras cursistas.

Os exemplos oferecidos aqui revelam um dos aspectos centrais da ideia de cultura: seu caráter dinâmico. Muitas vezes associada à ideia de “tradição”, a cultura foi pensada como algo imutável, que tenderia a se reproduzir sem perder suas características. Ora, a cultura, no Brasil, assim como em outros lugares, é dinâmica, muda, se transforma. Isso acontece em meio a um processo muitas vezes caracterizado pela ideia de “globalização”, o que significa, em grande medida, a “ocidentalização” de boa parte do mundo.

Os grupos indígenas no Brasil têm demonstrado uma grande capacidade de resistência, ao reelaborarem continuamente seu patrimônio cultural a partir dos valores de suas próprias sociedades. Assim, quando em contato com a sociedade abrangente, os grupos indígenas não aceitam passivamente os elementos e valores que lhes são impostos. Ao contrário: se apropriam de elementos da sociedade ocidental que, de acordo com sua cultura, são passíveis de ser adotados, dando significados diversos a elementos inicialmente estranhos, que são assim incorporados dinamicamente aos seus valores culturais. Ao contrário do que se pensou, os grupos indígenas nem perderam a sua cultura, nem desapareceram, como mostra a sua recuperação demográfica dos últimos anos e a impressionante visibilidade dos movimentos indígenas.

É a partir da perspectiva que considera a cultura como um processo dinâmico de reinvenção contínua de tradições e significados que deve ser observado o fenômeno cultural. Muitas vezes, se tem visto na cultura dos povos indígenas, ou mesmo na cultura popular, focos conservadores de resistência a qualquer tipo de mudança. A idéia de tradição, assim como a de progresso, deve ser interpretada dentro do contexto no qual ela se produz: é um valor de uma determinada cultura.

Freqüentemente, questiona-se a possibilidade de um grupo indígena manter a sua cultura quando passa a adotar alguns costumes ocidentais ou a usar roupas e sapatos “dos brancos”. É comum se afirmar que deixaram de ser “índios de verdade”. Ora, a cultura dos povos indígenas, como a nossa, é dinâmica. Da mesma forma que assimila certos elementos culturais da sociedade envolvente, dando-lhes novos significados, ela rechaça outros. É importante salientar que esse processo se dá de forma diferenciada em cada grupo indígena específico.

Pensemos um pouco num processo semelhante existente em nossa sociedade. Nas últimas décadas, a música “afro” da Bahia ganhou um espaço inusitado na mídia nacional e internacional; esse processo se deu paralelamente à incorporação de novos elementos por parte dos grupos baianos, que passaram a combinar a alta tecnologia (importada) – como as guitarras elétricas – aos tradicionais instrumentos baianos e aos novos instrumentos e ritmos trazidos do continente africano. Da África também chegam novas modas, cores e tecidos. Antes de chegar ao Brasil, a moda africana – de Angola ou da África Ocidental – foi consagrada na França e lá também foi reinventada. Vale, no entanto, a ressalva de que esses elementos de forma alguma caracterizam os blocos “afro” da Bahia como “mais” ou “menos” africanos. A África, como símbolo da tradição, é um valor, que pertence a um conjunto de tradições que são continuamente reinventadas, num processo que faz parte da própria dinâmica cultural. Além do mais, é importante salientar que o produto final desse complexo processo de “reinvenção da África no Brasil” é único, da mesma forma que a música africana na França corresponde a uma outra realidade, e o processo tal e como se dá na África também produzirá um resultado original.

Assim, a dinâmica cultural está diretamente relacionada à diversidade cultural existente

em nossa sociedade. Esta se confunde muitas vezes com a desigualdade social – que deve ser combatida – e com um universo de preconceitos – que devem ser superados. Há todo um aparato legal e jurídico que promete a igualdade social e a penalização de práticas discriminatórias, mas a própria sociedade deve passar por um processo de transformação que implica incorporar a diversidade. Ela deve ir além da idéia de “suportar” o/a outro/a, tomada apenas como um gesto de “bondade”, “paciência”, “indulgência”, “aceitação” e “tolerância” de uma suposta inferioridade. É de extrema importância que sejam respeitadas questões como a obrigatoriedade de reconhecer a todos e todas o direito à livre escolha de suas convicções, o direito de terem suas diversidades físicas, o direito de comportamento e de valores, sem qualquer ameaça à dignidade humana. Daí, podemos concluir que não basta ser tolerante; a meta deve ser a do respeito aos valores culturais e aos indivíduos de diferentes grupos, do reconhecimento desses valores e de uma convivência harmoniosa.

Consideramos, aqui, que a ação humana é regulada por motivos e normas. Os motivos que nos levam a agir de uma ou outra maneira podem estar relacionados a interesses pessoais ou coletivos, a razões e justificativas e a emoções. As normas, por sua vez, são impostas pela cultura, pelas instituições formais que repassam valores morais e implementam leis. A proposta do curso Gênero e Diversidade na Escola é desenvolver um processo de aprendizagem pautado nestes eixos: motivos e normas. Propõe-se conhecer e valorizar a diversidade, abrindo mão dos interesses pessoais pelos coletivos, oferecendo novos argumentos, novos critérios e informações na percepção da realidade. Uma proposta educativa voltada para a reflexão sobre comportamentos, sobre como superar os preconceitos e situações de discriminação, deve contemplar as leis, apresentando as sanções previstas para seu descumprimento por se tratar de condição primeira para garantir a vida do outro, da outra, e também é necessário apostar no aspecto positivo da riqueza e dos ganhos para toda a sociedade quando se convive com a diversidade.

A escola, cumprindo sua responsabilidade de formar cidadãs e cidadãos, deve oferecer mecanismos que levem ao conhecimento e respeito das culturas, das leis e normas. Deve investir na comunicação dessas normas a todos aqueles e aquelas envolvidos com a educação. Deve, como “aposta pedagógica”, ter um plano de ação para formar as cidadãs e os cidadãos para a valorização da diversidade, favorecendo o encontro, o contato com a diversidade. Essa “aposta pedagógica” se faz de forma desafiadora e com rigor, de modo que seus participantes sejam capazes de: a) aprender a escutar; b) aprender a formular argumentos; c) aprender a avaliar argumentos e situações; d) aprender a trabalhar em equipe.

A convivência com a diversidade implica o respeito, o reconhecimento e a valorização do/a outro/a, e não ter medo daquilo que se apresenta inicialmente como diferente. Esses são passos essenciais para a promoção da igualdade de direitos.

## 5. O ambiente escolar frente às discriminações e a promoção da igualdade

Daquilo que vimos refletindo até aqui, fica evidente que a escola é instituição-parte da sociedade e por isso não poderia se isentar dos benefícios ou das mazelas produzidos por essa mesma sociedade. A escola é, portanto, influenciada pelos modos de pensar e de se relacionar da/na sociedade, ao mesmo tempo em que os influencia, contribuindo para suas transformações. Ao identificarmos o cenário de discriminações e preconceitos, vemos no espaço da escola as possibilidades de particular contribuição para alteração desse processo. A escola, por seus propósitos, pela obrigatoriedade legal e por abrigar distintas diversidades (de origem, de gênero, sexual, étnico-racial, cultural etc), torna-se responsável – juntamente com estudantes, familiares, comunidade, organizações governamentais e não governamentais – por construir caminhos para a eliminação de preconceitos e de práticas discriminatórias. Educar para a valorização da diversidade não é, portanto, tarefa apenas daqueles/as que fazem parte do cotidiano da escola; é responsabilidade de toda a sociedade e do Estado.

Compreendemos que não se faz uma educação de qualidade sem uma educação cidadã, uma educação que valorize a diversidade. Reconhecemos, porém, que a escola tem uma antiga trajetória normatizadora e homogeneizadora que precisa ser revista. O ideal de homogeneização levava a crer que os/as estudantes negros/as, indígenas, transexuais, lésbicas, meninos e meninas deveriam se adaptar às normas e à normalidade. Com a repetição de imagens, linguagens, contos e repressão aos comportamentos “anormais” (ser canhoto, por exemplo) se levariam os “desviantes” à integração ao grupo, passando da minimização à eliminação das diferenças (defeitos). E o que seria normal? Ser homem-macho? Ser mulher feminina? Ser negro quase branco? Ser gay sem gestos “afetados”? Espera-se que o discriminado se esforce e adapte-se às regras para que ele, o diferente, seja tratado como “igual”. Nessa visão, “se o aluno for eliminando suas singularidades indesejáveis, será aceito em sua plenitude” (CASTRO 2006, p 217).

Essa concepção de educação justificou e justifica, ainda hoje, a fala de educadores e educadoras, os quais, ainda que reconheçam a existência de discriminações dentro e fora da escola, acreditam que é melhor “ficar em silêncio”. Falar do tema seria acordar preconceitos antes adormecidos, podendo provocar um efeito contrário: em vez de reduzir os preconceitos, aumentá-los. E, nos silêncios, no “currículo explícito e oculto”, vão se reproduzindo desigualdades. Quando a escola não oferece possibilidades concretas de legitimação das diversidades (nas falas, nos textos escolhidos, nas imagens veiculadas na escola etc) o que resta aos alunos e alunas, senão a luta cotidiana para adaptar-se ao que esperam deles/as ou conformar-se com o status de “desviante” ou reagir aos xingamentos e piadinhas e configurar entre os indisciplinados? E, por último, abandonar a escola.

Moema Toscano destaca “o peso da educação formal [escola] na manutenção dos padrões discriminatórios, herdados da sociedade patriarcal”. Nos anos de 1970 e 1980, o Movimento Feminista assim refletia sobre a questão de gênero no ensino:

*"o alvo principal [...] era a denúncia quanto à existência de práticas abertamente sexistas nas escolas, com a tolerância, quando não com a cumplicidade, de pais e professores. Estes, em geral, não se apercebiam do peso de seu papel na reprodução dos padrões tradicionais, conservadores, que persistiam na educação, apesar de seu aparente compromisso com a modernidade e com a democracia"* (LARKIN, Nascimento, Elisa, *Sankofa: educação e identidade afro-descendentes*, 2002)

Falando sobre educação cidadã, Mary Garcia Castro, pesquisadora da Unesco, nos traz a seguinte reflexão:

*"Há que se estimular os professores [e professoras] para estarem alertas, para o exercício de uma educação por cidadanias e diversidade em cada contato, na sala de aula ou fora dela, em uma brigada vigilante anti-racista, anti-sexista, [anti-homofóbica] e de respeito aos direitos das crianças e jovens, tanto em ser, como em vir a ser; não permitindo a reprodução de piadas que estigmatizam, tratamento pejorativo (...). O racismo, o sexismo, [a homofobia], o adultismo que temos em nós se manifesta de forma sutil; não é necessariamente intencional e percebido, mas dói, é sofrido por quem os recebe, então são violências. E marca de forma indelével as vítimas que de alguma forma somos todos nós, mas sempre alguns, mais que os outros, mulheres, os negros, os mais jovens e os mais pobres (Castro, 2005)".*

A diversidade no espaço escolar não pode ficar restrita às datas comemorativas, ou pior, invisibilizada. Pretendemos contribuir, neste curso, para que avancemos na reflexão de que a diversidade não se trata de "mais um assunto" jogado nas costas dos/das educadores/as; não se trata de mais um assunto para roubar tempo e espaço para trabalhar os "conteúdos". Estamos reafirmando que o currículo escolar não é neutro. A diversidade está presente em cada entrelinha, em cada imagem, em cada dado, nas diferentes áreas do conhecimento, valorizando-a ou negando-a. É no ambiente escolar que as diversidades podem ser respeitadas ou negadas. É da relação entre educadores/as, entre estes/as e os/as educandos/as e entre os educandos/as que nascerá a aprendizagem da convivência e do respeito à diversidade. "A diversidade, devidamente reconhecida, é um recurso social dotado de alta potencialidade pedagógica e libertadora. A sua valorização é indispensável para o desenvolvimento e a inclusão de todos os indivíduos. Políticas socioeducacionais e práticas pedagógicas inclusivas, voltadas a garantir a permanência, a formação de qualidade, a igualdade de oportunidades e o reconhecimento das diversas orientações sexuais e identidades de gênero [e étnico-raiciais], contribuem para a melhoria do contexto educacional e apresentam um potencial transformador que ultrapassa os limites da escola, em favor da consolidação da democracia" (Texto-base da Conferência Nacional de GLBT – Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, p. 19, 2008)

É no ambiente escolar que os/as estudantes podem construir suas identidades individuais e de grupo, podem exercitar o direito e o respeito à diferença. As reflexões que fizemos até aqui e que propomos neste curso pretendem desvelar o *currículo oculto* que, ao excluir

as diversidades de gênero, étnico-racial e de orientação sexual, entre outras, legitima as desigualdades e as violências decorrentes delas. Propomos que educadores e educadoras observem o espaço escolar, quem o compõe, as relações que se estabelecem nesse espaço, quem tem voz e quem não tem, os materiais didáticos adotados nas diferentes áreas do conhecimento, as imagens impressas nas paredes das salas de aula, enfim, como a diversidade está representada, como e o quanto é valorizada.

Faz-se necessário contextualizar o currículo, “cultivar uma cultura de abertura ao novo, para ser capaz de absorver e reconhecer a importância da afirmação da identidade, levando em conta os valores culturais” dos/as estudantes e seus familiares, favorecendo que estudantes e educadores/as respeitem os valores positivos que emergem do confronto dessas diferenças, possibilitando, ainda, desativar a carga negativa e eivada de preconceitos que marca a visão discriminatória de grupos sociais, com base em sua origem étnico-racial, suas crenças religiosas, suas práticas culturais, seu modo de viver a sexualidade. (MOURA, Glória. *O Direito à Diferença*. In: MUNANGA; 2005, p.69-82).

Trata-se, portanto, de tarefa transdisciplinar, pela qual todos os educadores e educadoras são responsáveis. Cada área do conhecimento pode e tem a contribuir para que as realidades de discriminação sejam desveladas, seja recuperando os processos históricos, seja analisando estatísticas, seja numa leitura crítica da literatura ou na inclusão de autores de grupos discriminados ou que abordem o tema. Seja, ainda, na análise das ciências biológicas e naturalização das desigualdades.

Espera-se, portanto, que uma prática educativa de enfrentamento das desigualdades e valorização da diversidade vá além, seja capaz de promover diálogos, a convivência e o engajamento na promoção da igualdade. Não se trata, simplesmente, de desenvolver metodologias para trabalhar a diversidade e tampouco com “os diversos”. É, antes de tudo, rever as relações que se dão no ambiente escolar na perspectiva do respeito à diversidade e de construção da igualdade, contribuindo para a superação das assimetrias nas relações entre homens e mulheres, entre negros/as e brancos/as, entre brancos/as e indígenas entre homossexuais e heterossexuais e para a qualidade da educação para todos e todas.

É no ambiente escolar que crianças e jovens podem se dar conta de que somos todos diferentes e que é a diferença, e não o temor ou a indiferença, que deve atizar a nossa curiosidade. E mais: é na escola que crianças e jovens podem ser, juntamente com os professores e as professoras, promotores e promotoras da transformação do Brasil em um país respeitoso, orgulhoso e disseminador da sua diversidade.

### **Concluindo**

Os textos trouxeram uma reflexão sobre a diversidade em nosso país. Você pode observar que os preconceitos são tão antigos quanto as diversidades e que o conhecimento é uma das possibilidades de “deslocar” nossas visões, de “desconstruir” as imagens estereotipadas

acerca de alguns grupos.

Você notou que há muitas discriminações e que muitos são os aspectos a serem abordados. Este curso priorizará as temáticas de gênero, raça/etnia e sexualidade por reconhecer a dívida histórica na abordagem desses temas no ambiente escolar.

Este módulo entrecruzou essas temáticas e mostrou a necessidade de estudos específicos - previstos para os três módulos subsequentes - para facilitar a abordagem dos problemas e dos desafios a serem vencidos, assim como para mostrar os avanços relativos às questões que envolvem gênero, sexualidade e orientação sexual, etnia/raça.

Neste curso, suas experiências como indivíduo e como educador e educadora estarão presentes o tempo todo: sua história, suas percepções, seus receios, seus sentimentos, seus conhecimentos, suas práticas. Essa metodologia pretende oferecer maiores subsídios para que, em diferentes situações, você possa se valer de sua experiência e de novos conhecimentos, contando que estes o/a ajudem a resolver situações de conflito e também que o estimulem a propor novos olhares e ações, a partir da diversidade de gênero, raça/etnia e sexualidade no ambiente escolar.

## GLOSSÁRIO

**Discriminar:** ação de discriminar, tratar diferente, anular, tornar invisível, excluir, marginalizar.

**Alteridade:** ou "outridade" é a concepção de que todos os indivíduos interagem e criam relações de interdependência com outros indivíduos.

**Etnocentrismo** termo forjado pela Antropologia para descrever o *sentimento genérico* das pessoas que preferem o modo de vida do seu próprio grupo social ou cultural ao de outros. O termo, em princípio, não descreve, portanto, necessariamente, atitudes negativas com relação aos outros, mas uma *visão de mundo* para a qual o centro de todos os valores é o próprio grupo ao qual o indivíduo pertence. Como, porém, nesta perspectiva, todos os outros grupos ou atitudes individuais são avaliados a partir dos valores do seu próprio grupo, isso pode gerar posições ou ações de intolerância.

**Estereótipo** consiste na generalização e atribuição de valor (na maioria das vezes negativo) a algumas características de um grupo, reduzindo-o a estas características e definindo os "lugares de poder" a serem ocupados. É uma generalização de julgamentos subjetivos feitos em relação a um determinado grupo, impondo-lhes o lugar de inferior e o lugar de incapaz no caso dos estereótipos negativos.

**Estigma:** marca, rótulo atribuídos a pessoas e grupos, seja por pertencerem a determinada classe social, por sua identidade de gênero, por sua cor/raça/etnia. O estigma é sempre uma forma de simplificação, de desqualificação da pessoa e do grupo. Os estigmas decorrem de preconceitos e ao mesmo tempo os alimentam, cristalizando pensamentos e expectativas com relação a indivíduos e grupos.

**Biologizar:** explicar desigualdades construídas socialmente, a partir das características físicas dos indivíduos, ou

seja, por sua identidade de gênero ou pertencimento a um determinado grupo racial-étnico.

**Raça:** do ponto de vista científico não existem raças humanas; há apenas uma raça humana. No entanto, do ponto de vista social e político é possível (e necessário) reconhecer a existência do racismo enquanto atitude. Assim, só há sentido usar o termo “raça” numa sociedade racializada, marcada pelo racismo.

**Racismo:** doutrina que afirma não só a existência das raças, mas também a superioridade natural e, portanto, hereditária, de umas sobre as outras. A atitude racista, por sua vez, é aquela que atribui qualidades aos indivíduos ou grupos conforme o seu suposto pertencimento biológico a uma dessas diferentes raças e, portanto, conforme as suas supostas qualidades ou defeitos inatos e hereditários. Assim, o racismo não é apenas uma reação ao outro, mas uma forma de subordinação do outro.

**Movimento LGBT:** No conjunto das conquistas político-sociais da atuação do Movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), se enquadra a sensibilização da população de modo geral para as formas de discriminação por orientação sexual, que têm levado estudantes a abandonarem a escola, por não suportarem o sofrimento causado pelas piadinhas e ameaças cotidianas dentro e fora dos muros escolares. Esses mesmos movimentos têm apontado a urgência de inclusão, no currículo escolar, da diversidade de orientação sexual, como forma de superação de preconceitos e enfrentamento da **homofobia**. Há pouco mais de uma década, era impensável a “Parada do Orgulho Gay”, atualmente denominada Parada LGBT, por exemplo, que ocorre em boa parte das grandes cidades brasileiras. Cada vez mais vemos homossexuais ocupando a cena pública de diferentes formas. A atual luta pela **parceria civil** constitui uma das muitas bandeiras dos movimentos homossexuais com apoio de vários outros movimentos sociais. . Esse tema será aprofundado no Módulo III.

**Homofobia:** Termo usado para se referir ao desprezo e ao ódio às pessoas com orientação sexual diferente da heterossexual.

**Parceria civil:** Projeto de Lei há alguns anos tramitando no Congresso (PL 1151/1996) para criar um instituto jurídico que viria reconhecer a união estável de duas pessoas do mesmo sexo. Entretanto, encontram-se em vigor atualmente em vários municípios e estados da União leis orgânicas que equiparam, para parceiros do mesmo sexo, alguns preceitos legais incidentes sobre a união estável entre parceiros de sexos diferentes.

## BIBLIOGRAFIA

AMBROSETTI, Neusa Banhara. O “eu” e o “nós”: trabalhando com a diversidade em sala de aula. In: ANDRÉ, Marli (org.). *Pedagogia das diferenças na sala de aula*. 3. ed. São Paulo. Papyrus, 2002. p. 81-105.

IBEAC - Ministério da Justiça. “100% Direitos Humanos”. São Paulo, 2002 – a publicação, disponível em pdf, no site [www.ibeac.org.br](http://www.ibeac.org.br), numa linguagem simples, aborda temas relativos à diversidade, sugere vídeos e atividades que podem ser levados para a sala de aula.

LIMA, Maria Nazaré Mota de (org.). *Escola Plural – a diversidade está na sala de aula*. Salvador. Cortez: UNICEF – CEAFO, 2006.

CASTRO, M.G., *Gênero e Raça: desafios à escola*. In: SANTANA, M.O. (Org) Lei 10.639/03 – educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação fundamental. Pasta de Texto da Professora e do Professor. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2005.

MCLAREN, Peter, *Multiculturalismo Crítico*. Instituto Paulo Freire. São Paulo. Cortez Editora, 1997.

MOURA, Glória. *O Direito à Diferença*. In: MUNANGA; Kabengele. *Superando o racismo na escola*. SECAD/MEC, Brasília, 2005, p.69-82

### Websites para visitar

[www.presidencia.gov.br/sedh](http://www.presidencia.gov.br/sedh)

[www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sepm/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/)

[www.presidencia.gov.br/seppir](http://www.presidencia.gov.br/seppir)

[www.mec.gov.br/secad](http://www.mec.gov.br/secad)

[www.unidadenadiversidade.org.br](http://www.unidadenadiversidade.org.br) – oferece artigos, imagens e práticas educacionais sobre diversidade de gênero e raça.

[http://www.cultura.gov.br/politicas/identidade\\_e\\_diversidade/index.php](http://www.cultura.gov.br/politicas/identidade_e_diversidade/index.php) - apresenta as políticas públicas nacionais de promoção da diversidade.

### Vídeos

CRP/SP – Gravação do Programa Diversidade – é uma coleção de programas que aborda o tema da diversidade sobre diferentes aspectos. No YouTube, encontram-se vários desses programas que você consegue acessar se copiar e colar “CRP/SP – Programa Diversidade” na caixa de busca. Alternativamente, você pode adquirir vídeos ou DVDs desse programa no link [http://www.crsp.org.br/a\\_servi/produtos\\_projetos/fr\\_produtos\\_projetos\\_adquirir.htm](http://www.crsp.org.br/a_servi/produtos_projetos/fr_produtos_projetos_adquirir.htm). Nesse mesmo link, você tem acesso à lista de materiais sobre diversidade, sempre acompanhados de resenha.